

MANIFESTO DO PORTO*

Cinquenta pessoas com elevadas responsabilidades na Sociedade Portuguesa reuniram-se no Porto, durante um dia, para debater a situação actual do País e procurar pistas para um futuro melhor. Coligiram estas conclusões com o objectivo de que estes pontos sejam abordados pelos responsáveis políticos sob o prisma do conceito de Estratégia Nacional e como base para a elaboração urgente de uma Estratégia Nacional. Dão, assim, o seu contributo para que os problemas sejam equacionados na sua verdadeira dimensão e sejam encontradas as soluções para o futuro de Portugal que não estejam condicionadas por preocupações eleitoralistas visando as próximas eleições.

A profunda interdependência entre todos os países, aspecto inelutável da globalização, condiciona a elaboração de uma estratégia para Portugal. Esta terá, por isso, que ser enquadrada na perspectiva da evolução do Mundo e dos blocos em que estamos inseridos.

Portugal, pela sua situação geográfica, está na fronteira da articulação do diferendo interno do Atlântico, na fronteira da articulação da segurança do Atlântico Norte com o Atlântico Sul, também no espaço Ocidental que dominou o resto do mundo e que, agora, é desafiado por todos os que consideram os Ocidentais como os agressores dos tempos modernos.

Participa, assim, Portugal, sem escolha, em todos os riscos que desafiam o projecto de paz que adoptou. Tem a difícil escolha de optar entre estar presente nos centros de decisão, partilhando responsabilidades, ou de ser apenas destinatário das decisões exógenas. Nestas circunstâncias, deverá claramente distinguir entre uma aliança militar, que interessa fundamentalmente os EUA, e uma Comunidade como a ONU que é a primeira base visível, pelo menos até agora, da segurança e defesa dos pequenos países, embora salvaguardando a liberdade de acção que lhe permita garantir os seus interesses vitais.

Portugal está a evoluir rapidamente para um “Estado exíguo” - um Estado que não tem capacidades para responder a todas as finalidades para que historicamente foi criado. Paralela, mas não fatalmente, o Estado Português está progressivamente a perder importância para a Sociedade Portuguesa como está claramente espelhado nos níveis de abstenção eleitoral. O discurso directo do Estado não chega à população, chegando a ela apenas por via de interpretação. Ora o Estado é uma criação nossa e é nossa responsabilidade.

São necessárias, em Portugal, e também no Ocidente, lideranças mobilizadoras, capazes de operar as mudanças inadiáveis, o que requer um discurso e uma prática que não se subordinem aquilo que, em cada momento, é considerado como politicamente correcto.

No contexto internacional, é preocupante o crescente enfraquecimento da identidade de valores, de padrões de organização política, de normas jurídicas da vida internacional, do conceito de segurança e de defesa, de raízes e de perspectiva de ligação com o resto do mundo, que existia entre os EUA e a União Europeia.

Por isso, também, a única via disponível para compatibilizar as legitimidades em conflito é o regresso à legitimidade de uma ONU reformada, no mínimo, a um consenso multilateral alargado a países de diversas tendências e culturas, suficientemente amplo, que envolva os mais interessados na resolução do problema que precisa de ser resolvido e nele têm influência.

A estratégia futura da Europa terá que passar pela aproximação à Ásia, no sentido de que “ a Europa e a Ásia podem fazer a diferença”.

Portugal tem que fazer valer as suas vantagens comparadas ocupando os espaços que nos interessam e onde os outros precisam de nós. De facto, em termos realistas, Soberania para Portugal, hoje, alicerça-se e resulta de um inteligente exercício da Soberania de Serviço. Por isso, Portugal precisa urgentemente de uma ideia estratégica que não se resuma a uma estratégia

de defesa, que daquela deverá decorrer. As Forças Armadas têm uma Estratégia de Defesa Nacional mas não lhes é apontado o objecto dessa estratégia. Ou seja: o que é que as Forças Armadas têm que defender, qual é a Estratégia Nacional?. Vivemos séculos a definir a Defesa em função da fronteira geográfica. Ora, hoje em dia, a fronteira geográfica é um mero apontamento administrativo. O novo conceito de defesa tem que integrar as diferentes noções de fronteiras das quais a geográfica se enfraqueceu.

Além do mais temos que definir urgentemente como, e se, nos interessa aprofundar a UE. A nossa preocupação estratégica central deve ser a manutenção dos vínculos transatlânticos. Entre os Estados Unidos e uma Europa unida.

Temos uma herança que muito nos enriquece. É, por isso, importante compreender que a **desmoralização crescente resulta de não termos, hoje, um desígnio mobilizador e vontade de afirmação**. De facto, se somos dos mais pequenos teremos que ser dos melhores. O que não acontece.

Para termos a possibilidade de definirmos um Conceito Estratégico Nacional adequado aos nossos interesses, de avaliar permanentemente a situação e de propor as opções a seguir, é indispensável dispormos de um órgão de “staff” e outro de conselho, dos órgãos de soberania (PR, Governo e AR), capazes de fazerem uma abordagem global e não meramente sectorial, do conjunto das actividades e de estabelecer prioridades entre as medidas de diferentes sectores e não apenas dentro de um sector de actividade.

A entrada da China (e da Índia) no jogo da Economia Mundial está a alterar os equilíbrios económicos e geo-estratégicos. Há novos fenómenos que constituem outros tantos desafios. Por exemplo, a emigração, nomeadamente dos colarinhos brancos, para a Índia e a China, põe desafios novos às economias ocidentais.

O que está a passar-se com os ritmos do crescimento Chinês não tem paralelo a nível mundial nem mesmo durante a 1ª revolução industrial. A integração no comércio mundial de espaços económicos como a China, a Índia e a Rússia constitui um processo de ajustamento económico e comercial sem paralelo, dada a dimensão relativa da área integrante e das áreas a integrar. Sem protecção mundial a China continuará a crescer muito.

O maior défice externo dos EUA é com a China. Estando a China, a Índia e o Brasil na charneira, a Europa tem que agir em cooperação com os EUA e não como contraponto. No processo de ajustamento económico internacional em curso, a União Europeia tenderá a ser mais vulnerável na prossecução dos seus próprios interesses, dado que sendo constituída por países com interesses muito divergentes tende a prosseguir objectivos minimalistas com prejuízo dos Estados Membros mais expostos aos custos desse mesmo ajustamento.

Apesar desta atitude desejável de cooperação com os EUA, a defesa da paz e do multilateralismo, a ajuda ao desenvolvimento e a cooperação, a resolução dos conflitos à luz do Direito Internacional, devem ser os valores da Europa. Em alguns casos estes valores serão contrários aos interesses norte-americanos, pelo menos na interpretação desses interesses dada pelo actual Executivo.

Apesar da crise de vontade reinante no nosso País e em parte também devido a ela, o potencial de crescimento de Portugal está longe de ser usado.

Portugal precisa que os comportamentos correctos sejam encorajados e que os comportamentos incorrectos sejam penalizados. Porque o que faz a diferença são os homens. Numa palavra, é **necessário um sobressalto cívico em Portugal**.

É muito arriscado viver, como se vive hoje em alguns Ministérios, em “outsourcing” de pensamento estratégico, com os consultores internacionais a definirem eles os caminhos que Portugal deve seguir. A paternidade e conseqüente elaboração da estratégia de desenvolvimento pelo próprio País é uma condição necessária do respectivo sucesso. Por isso, é necessário que a

Sociedade Portuguesa seja um centro de produção de pensamento sobre o próprio devir e que a Administração Pública seja capaz de detectar e equacionar os problemas que relevam do interesse geral, fornecendo a base factual e analítica, equidistante dos interesses particulares que estão em causa, que suporte um sistema de governação política que prossiga, de forma esclarecida, eficiente, transparente e responsabilizável, os objectivos sufragados pelo eleitorado. A Sociedade Civil deve ter a capacidade e os meios para responsabilizar os agentes políticos pela regularidade, consistência e eficiência dos actos que praticam ao abrigo e em nome de um mandato de representação que lhe conferiu o eleitorado.

Estamos num momento particular de interacção de um ciclo económico curto reflectido na presente recessão internacional e de um ciclo longo, que é o reflexo da mudança de paradigma tecnológico e da entrada de novos parceiros no quadro das relações económicas internacionais (China, Índia e outros).

Quem está a agir bem no ciclo curto está a preparar-se melhor para o ciclo longo.

Os Asiáticos estão a fazê-lo com política mercantilista, que privilegia a manutenção de excedentes comerciais consideráveis, por contrapartida da acumulação de dólares, evitando a valorização das respectivas moedas e o reequilíbrio das relações comerciais. Deste modo, estão a desenvolver, de forma planeada e concertada, uma estratégia de ocupação do espaço económico.

A UE está a privilegiar a estabilidade monetária permitindo a apreciação da moeda com prejuízo da sua competitividade. Isto é, a presente restrição orçamental da UE (gestão do ciclo curto) está a pôr em causa o desenvolvimento no ciclo longo (construção do futuro).

Uma Europa que não seja competitiva em termos internacionais é uma Europa que nos penaliza. Do mesmo modo que nos penalizará se abandonar ou enfraquecer a política de coesão.

Por outro lado, a União Europeia a 25 tem um dilema: ou aceita a diferenciação com respeito das regras e do modelo comunitário, em que a regra é a porta aberta tanto para os que temporariamente se atrasam como para os que optam pela não participação imediata, ou corre o risco de um bloqueio e, desse modo, cria as condições para a emergência de um Directório que desvirtuará a construção comunitária e, sobretudo, subalternizará os Estados Membros mais pequenos, mais periféricos ou menos desenvolvidos. Sempre que houve um Directório na Europa houve guerra pelo que a diferenciação, com salvaguarda da especificidade do modelo comunitário, é a opção melhor. O que significa que a Comissão Europeia tem que ser uma instituição forte, à altura do papel que lhe cabe, guardiã do interesse geral, para poder impor uma visão supra - nacional.

As moedas são um local de conflito. E foi por isso, também, que se criou uma moeda única na UE. Também a OMC vai ser cada vez mais um local de conflito. De facto, integrar a China e a União Indiana criará tensões fortíssimas no seu seio.

A conclusão final é que, dados os enquadramentos actuais e prospectivos, o posicionamento estratégico de Portugal assenta em 6 eixos principais:

1. A União Europeia, a NATO e a ONU são enquadramentos geopoliticamente necessários;
2. Portugal não pode ficar estrategicamente reduzido ao espaço europeu. Esta é a visão estrutural;
3. É necessário construir capacidade para articular a vertente europeia continental com a vertente atlântica global. Este é o instrumento – charneira;
4. É necessário construir e consolidar a articulação Portugal/Europa/África/Brasil. Esta é a questão estratégica fundamental;
5. É necessário aprofundar a rede global constituída pela CPLP em múltiplas dimensões da actividade humana. Esta constitui a visão ampliada.

6. É necessário prestar muita atenção e esforço a um facto novo - o alargamento da UE a Oriente - que provoca:
- Uma alteração qualitativa da UE;
 - Riscos graves, porque Portugal é o estado-membro que potencialmente menos ganha e o que mais tem a perder;
 - Uma oportunidade para redefinir o posicionamento estratégico de Portugal face ao desafio Europa/África/Brasil.

Constituem pontos-chave que se nos impõem imediatamente:

- A **Reforma da Administração Pública**, com ela e não contra ela, com regras claras que permitam aos funcionários perceber que não haverá retrocesso.
- A **Educação**, que sendo a chave da preparação das gerações futuras e da qualidade dos recursos humanos, é factor decisivo para que o País se torne competitivo;
- A **Justiça**, que é a garante de uma Sociedade e de um Estado de direito. Fazê-la funcionar é condição sine qua non de manutenção da democracia e do regular e decisivo desempenho das instituições e do mercado;
- A **Qualidade Empresarial** que, sendo embora uma responsabilidade da Sociedade Civil, exige, no entanto, que o Estado tenha como preocupação central a de fornecer as condições de enquadramento favoráveis ao seu desenvolvimento harmónico e competitivo;
- A **Inovação**, que, sendo o suporte da capacidade de evolução das Sociedades no início do séc. XXI, exige a canalização, a todos os níveis, de muitos mais recursos para o seu fomento.
- A **Produtividade do Trabalho**, área em que temos percorrido um caminho com sucesso, mas que exige o salto para uma atitude superior de forma a podermos acompanhar os nossos principais parceiros e competidores.

O sucesso na abordagem destas questões e na implementação das medidas correspondentes exige, necessariamente, a formação de Consensos Alargados entre as forças políticas portuguesas para que, através de acordos de Estado, se criem as condições para a eliminação dos bloqueios que condicionam o desenvolvimento do País.

Fim.

* O PRESENTE MANIFESTO RESULTOU DO CONJUNTO DE INTERVENÇÕES DAS DIVERSAS PERSONALIDADES PRESENTES NO I FORUM DO PORTO, REALIZADO DIA 06.02.2004. NÃO PODE, NO ENTANTO, A NENHUMA DELAS INDIVIDUALMENTE SER IMPUTADA RESPONSABILIDADE NAS POSIÇÕES AQUI SUMARIADAS. A COMISSÃO DE REDACÇÃO ASSUME INTEGRALMENTE A RESPONSABILIDADE DO TRABALHO DE SÍNTESE QUE FOI EFECTUADO.

A Comissão de Redacção

António Neto da Silva
António Tavares
Fernando Almeida

PARTICIPANTES

Adolfo Pinto Leite
Adriano Moreira
Alberto Azeredo Lopes
Alberto de Castro
Alípio Dias
Almiro Oliveira
Amândio de Azevedo
Antero Calvo
António Galvão Lucas
António José Moreira
António Marques
António Neto da Silva
António Tavares
Arlindo Cunha
Artur Santos Silva
Borges de Gouveia
Cardoso e Cunha
Carlos Brito
Carlos Costa
Carlos Magno
Casimiro de Almeida
Daniel Bessa
Dionísio Vinagre
Êrnani Lopes
Emídio Gomes
Faria de Oliveira

Fernando de Almeida
Francisco Pinto Balsemão
Guilherme Costa
João Salgueiro
Jorge Araújo
Jorge Armindo
Jorge Martins
Licínio Cunha
Loureiro dos Santos

Ludgero Marques
Luís Pombo
Mário Pinto
Miguel Cadilhe
Miguel Sousa Tavares
Miguel Veiga

Novais Barbosa
Nuno Fernandes Thomaz
Paulo Ramos
Paulo Rangel

Pedro Almeida
Pedro Norton de Matos
Rui Amaral
Rui Moreira
Serafim Fernandes
Vasco Teixeira